

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 2/2020

SUSPENDE A EXIGIBILIDADE DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO SOBE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) DEVIDO POR EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS, REFERENTE ÀS COMPETÊNCIAS DE ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 2020.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SACIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º.** Fica suspensa a exigibilidade do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devido por empreendedores individuais, micro e pequenos empresários, referente às competências de abril, maio e junho, julho e agosto de 2020.

Parágrafo único. Os empreendedores poderão fazer uso da prerrogativa prevista no caput independentemente:

- I do número de empregados;
- II do regime de tributação;
- III da natureza jurídica;
- IV do ramo de atividade econômica; e
- V da adesão prévia.



**Art. 2º.** O recolhimento das competências de abril, maio, junho, julho e agosto de 2020 poderá ser realizado de forma parcelada, sem a incidência de atualização, de multa e dos encargos previstos na Lei 4.296/2005.

Parágrafo único. O pagamento das obrigações referentes às competências mencionadas no caput será quitado em até 12 (doze) parcelas mensais, com vencimento no décimo dia de cada mês, a partir da revogação do decreto de calamidade pública (Decreto nº 326, de 23 de Março de 2020).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas/PA, 03 de abril de 2020.

Antônio Horácio Martins Filho

Vereador (PSD)

Ivanaldo Braz Silva Simplício Vereador

102

Joel Pedro Alves Vereador (DEM)



### **JUSTIFICATIVA**

Não há dúvidas de que a crise instaurada pelo COVID-19 é séria e traz consigo desafios à toda sociedade. Ela revela a debilidade do sistema público de saúde e do sistema econômico. Em situações de crise (de emergência ou de calamidade pública) cabe ao Poder Público estabelecer as maneiras mais eficientes de superá-la, o que inclui, de um lado a imposição da suspensão de algumas atividades econômicas, e, de outro, ampliar os serviços públicos de saúde e de assistência social, a fim de minimizar os efeitos da crise.

Ao Estado cumpre o papel de (re)estabilizar a situação de instabilidade, ordenando a economia e os esforços dos particulares, seja para manterem suas atividades produtivas, seja para absterem-se de certas práticas, seja para coordenar suas atuações no intuito de promover o interesse público primário que, numa crise, como sobredito, é de mitigar seus efeitos deletérios.

O momento é crítico a ponto de o Governo Federal ter lançado mão de uma série de medidas tributárias com o fim de mitigar os impactos sofridos pela sociedade brasileira em razão da COVID-19.

Não há, portanto, como o Município omitir-se neste momento de união nacional. Principalmente quando lembramos que o ISS nos casos em geral, em que a base de cálculo do tributo é o preço do serviço, a exação assume feição de tributo indireto, permitindo a transladação do encargo econômico-financeiro ao contribuinte de fato, quer dizer, repassado ao consumidor. A matriz tributária brasileira, que tributa pesadamente o consumo em detrimento do patrimônio e da renda, é absolutamente regressiva, fazendo com que o peso dos tributos seja muito mais sentido pelos mais pobres.



Diante disso, sugerimos as medidas deste projeto de lei complementar para o fim de reduzir o impacto sentido pela sociedade de Parauapebas, ocorrida em decorrência da pandemia do COVID-19.

Parauapebas/PA, 03 de abril de 2020.

Antônio Horácio Martins Filho Vereador (PSD)

Ivanaldo Braz Silva Simplício Vereador

> Joel Pedro Alves Vereador (DEM)